CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Daniela Reinehr – PL/SC

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Da Sra. DANIELA REINEHR)

Dispõe sobre a adoção de medidas de reciprocidade em resposta a barreiras ambientais injustas que prejudiquem as exportações brasileiras.

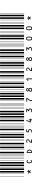
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece medidas de reciprocidade a serem adotadas pelo Brasil em face de barreiras ambientais impostas por países ou blocos econômicos que prejudiquem injustamente as exportações brasileiras.

Art. 2º Para fins desta Lei, consideram-se:

- I Barreiras ambientais injustas: restrições comerciais, taxas, ou exigências ambientais que não sejam justificadas por critérios científicos ou acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, e que visem discriminar produtos ou serviços brasileiros.
- II Medidas de reciprocidade: ações comerciais, tarifárias, ou regulatórias adotadas pelo Brasil em resposta proporcional às barreiras ambientais impostas por outros países.
- Art. 3º Quando identificado que um país ou bloco econômico adota barreiras ambientais injustas contra produtos ou serviços brasileiros, o Poder Executivo poderá, mediante análise técnica, adotar uma ou mais das seguintes medidas:
- I Aplicação de tarifas ou restrições equivalentes sobre produtos ou serviços oriundos do país ou bloco que impôs as barreiras;





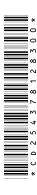
- II Revisão de acordos comerciais com o referido país ou bloco econômico;
- III Redução de benefícios comerciais ou fiscais concedidos a produtos importados do país ou bloco envolvido;
- IV Encaminhamento de disputas ao âmbito da Organização
 Mundial do Comércio (OMC) ou outros organismos internacionais competentes.
- Art. 4º A implementação das medidas previstas nesta Lei deverá observar os seguintes critérios:
- I Análise técnica fundamentada sobre o impacto das barreiras ambientais nas exportações brasileiras;
- II Observância dos tratados e acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário;
- III Proporcionalidade entre as barreiras impostas ao Brasil e as medidas adotadas em reciprocidade.
- Art. 5º O Poder Executivo deverá apresentar ao Congresso Nacional, anualmente, relatório detalhado sobre as medidas adotadas com base nesta Lei, incluindo análises de impacto e resultados alcançados.
 - Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A criação de um projeto de lei que estabeleça medidas de reciprocidade em resposta a barreiras ambientais injustas que prejudiquem as exportações brasileiras é uma necessidade estratégica para proteger os interesses econômicos do Brasil, garantir a competitividade dos nossos produtos no mercado internacional e promover a justiça nas relações comerciais globais.

Nos últimos anos, têm surgido restrições e barreiras não-tarifárias disfarçadas de medidas ambientais, impostas por alguns países importadores, que afetam desproporcionalmente os produtos brasileiros. Embora a preservação ambiental seja um objetivo legítimo e importante, muitas dessas barreiras carecem





O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de alimentos, produtos agrícolas e recursos naturais. Contudo, barreiras ambientais injustas, como restrições arbitrárias ao desmatamento ou normas desproporcionais sobre emissões de carbono, impõem custos adicionais aos nossos produtores e dificultam o acesso a mercados estratégicos.

Muitas das exigências ambientais impostas por nações importadoras não são aplicadas de forma equitativa a outros fornecedores ou sequer são cumpridas internamente pelos próprios países que as demandam. Essa incoerência fere o princípio de reciprocidade que deve reger as relações comerciais internacionais.

O Brasil possui marcos legais e políticas públicas robustas para promover a sustentabilidade ambiental, como o Código Florestal e programas de monitoramento do desmatamento. É essencial que o país exerça sua soberania e demonstre que nossas ações em prol do meio ambiente não podem ser usadas como justificativa para barreiras protecionistas. A adoção de medidas de reciprocidade, como sanções comerciais ou exigências ambientais similares para produtos importados por países que aplicam barreiras injustas, pode pressionar por uma negociação mais equilibrada e incentivar práticas comerciais transparentes e justas.

A reciprocidade é um princípio fundamental do comércio internacional. Portanto, a adoção de medidas para responder a barreiras ambientais desproporcionais é um instrumento legítimo para defender os interesses nacionais e garantir a competitividade brasileira. Além disso, reforça o compromisso do Brasil com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento justo, equilibrado e inclusivo.

Este projeto de lei não se trata de promover retaliações, mas de assegurar que as relações comerciais sejam pautadas pela justiça, pela transparência e pelo respeito mútuo entre as nações.





Apresentação: 10/03/2025 16:07:49.947 - Mesa

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada DANIELA REINEHR

